

A dimensão metafísica da inescrutabilidade da referência

The metaphysical dimension of the inscrutability thesis

Sofia Inês Albornoz Stein¹
siastein@terra.com.br

RESUMO: A intenção deste artigo é mostrar o papel da tese da inescrutabilidade da referência na semântica de Willard Van Orman Quine, acompanhando de que forma essa está logicamente relacionada a outras teses centrais à posição do autor. Sustento que essa tese é filosófica, mas não propriamente de uma filosofia naturalizada, mas de uma filosofia cujas questões ultrapassam o âmbito da ciência empírica. É essa dimensão filosófica da tese que permite a Quine afirmá-la como fundamento de sua filosofia da linguagem, explicar muitos aspectos sintáticos e semânticos de sistemas lingüísticos e também mostrar como a relação entre experiência e teorias se estabelece e se mantém.

Palavras-chave: empirismo, holismo, Quine, semântica, referência.

Palavras-chave: empirismo, holismo, Quine, semântica, referência.

ABSTRACT: The main purpose of this paper is to show how the thesis of the inscrutability of reference fits in Willard Van Orman Quine's semantic and to establish how it is logically related to some other important theses from Quine. I sustain that this thesis is a philosophical one, but not the kind of a naturalized philosophy, but of a philosophy that goes beyond empirical science. It is exactly the philosophical dimension of it that allows Quine to put it as the ground for his philosophy of language, to explain many syntactic and semantic aspects of the constitution of linguistic systems, and to show how the relation between experience and theories is established and sustained.

Key words: empiricism, holism, Quine, semantics, reference.

It is impossible to write about reference without referring to Quine.

P. F. Strawson

Introdução

Muito debatida e muito controversa, a tese da inescrutabilidade da referência parece não ser em muitas ocasiões compreendida em sua real dimensão. Algumas vezes Quine é acusado de incidir em uma contradição ao declarar que só análises extensionais da linguagem fazem sentido, só o esclarecimento e aplicação de termos filosóficos que tratam da extensão de expressões podem trazer uma real contribuição à filosofia da linguagem, ontologia e teoria do conhecimento e à resolução de seus problemas. Neste aspecto, Quine se aproximaria das posições extensionalistas de seus predecessores, tais como as de Russell, Wittgenstein e Carnap. A contradição de Quine se deveria ao fato de ele não só afirmar a falta de clareza dos termos intensionais da filosofia da linguagem como também à inescrutabilidade da referência. Referência que deveria ser justamente um dos pilares para o esclarecimento dos termos extensionais, que, segundo ele, poderiam ser usados pelos filósofos para explicar o funcionamento da linguagem significativa.

A proximidade do pensamento quiniiano das posições anti-metafísicas de, por exemplo, Carnap, e sua proposta de naturalizar a epistemologia, resolver seus problemas com o auxílio das ciências empíricas, pode favorecer a impressão de que Quine não estaria desenvolvendo teses metafísicas acerca da relação entre o sujeito cognoscente e os objetos em sua filosofia da linguagem e sua crítica ao intensionalismo. Porém, não é este o caso. A tese da inescrutabilidade da referência só pode ser compreendida de uma perspectiva que ultrapassa em visão o que pode ser dito em um discurso empírico-científico.

Logo, Quine não incorre propriamente em uma contradição ao enunciar a tese da inescrutabilidade da referência, nem tampouco recusa com ela o discurso sobre a referência, como alguns leitores precipitados são também levados a afirmar. Quine está, sim, tal como Russell, ao falar dos dados sensoriais, ou Wittgenstein, ao supor os objetos e suas possíveis combinações, ou Carnap, ao construir os conceitos a partir de vivências, enunciando uma tese filosófica, acerca da impossibilidade de determinação da referência de palavras a objetos.

Nossa intenção, portanto, neste artigo, será argumentar a favor da afirmação que, para Quine, a inescrutabilidade da referência é uma tese negativa, ou seja, que afirma a impossibilidade de determinação da referência de palavras a objetos, apesar do uso referencial de palavras que, sem dúvida, fazemos ao falar. O que parece, à primeira vista, um paradoxo, mostra ser um dos pilares da semântica (negativa) de Quine. Sua insistência nessa tese corrobora a importância desta para sua filosofia.

Se aceitarmos os argumentos de Quine a favor de uma semântica empirista, que deve se basear no 'observável' para alcançar suas conclusões e, ao mesmo tempo, acompanhamos seus argumentos a favor tanto do privilégio de termos extensionais na semântica quanto da inescrutabilidade da referência, somos levados a concluir, com ele, que, apesar de nossa relação com o 'mundo empírico' ou situações estimulativas ser o alicerce de nossa linguagem, a referência a objetos que se efetua a partir desta relação, por ser inescrutável, não permite a sua utilização para fundamentar a determinação dos significados de sentenças de nossa linguagem.

Acompanharemos, primeiramente, as teses de Quine acerca da semântica,

do método behaviorista que deveria, segundo ele, ser utilizado por esta. Num segundo momento, estabeleceremos a conexão da tese da inescrutabilidade da referência com a tese indeterminação da tradução e o holismo quiniiano, para, por fim, apresentar nossa interpretação da semântica quiniiana.

A semântica behaviorista de Quine

Um exemplo de semântica que se utiliza dos instrumentos teóricos da psicologia behaviorista é a filosofia da linguagem de Quine. Em sua obra, Quine procura desenvolver uma semântica que tenha como base e limite o comportamento observável dos indivíduos. Seguindo uma pretensão não só de cunho skinneriano, mas primordialmente de cunho empirista e nominalista, Quine tenta limitar o método da filosofia da linguagem à confirmação de hipóteses pela observação do comportamento de indivíduos.

Ao fazer isso, Quine coloca em xeque o próprio estatuto da empresa filosófica de explicação do funcionamento da linguagem em suas múltiplas funções, inclusive em sua função de expressar as intenções de um agente de ação. Pois estabelece que os pressupostos filosóficos explicativos da linguagem, de seus objetos, de sua lógica interna e do comportamento dos sujeitos envolvidos na comunicação devem ser de alguma forma, mesmo que indireta, passíveis de avaliação empírica.

Devido a isso, Quine não estabelece a suposição de 'entidades mentais' dos falantes na sua explicação do comportamento lingüístico e, sim, explica a 'constituição' da linguagem e de seu significado pela descrição da maneira como indivíduos são condicionados socialmente a usar palavras e frases em determinadas circunstâncias. Roger Gibson resume de maneira muito clara a posição behaviorista de Quine:

O behaviorismo de Quine tem tanto um aspecto substantivo quanto um heurístico (ou metodológico). Duas de suas afirmações behavioristas substantivas são as de que o aprendizado de certas sentenças de observação se assemelha ao processo clássico de reforço e extinção de respostas e as dimensões da estrutura inata que o processo de condicionamento propõe, a saber, o espaço de qualidades, pode, em princípio, ser determinado pelo condicionamento e testes de extinção diferenciados. Uma terceira afirmação é, certamente, a própria tese naturalista-behaviorista: "A linguagem é uma arte social que todos nós adquirimos somente por meio da evidência do comportamento explícito de outras pessoas em circunstâncias publicamente reconhecíveis" (*Ontological Relativity*, p.26). Essa afirmação é, sem dúvida, a mais fundamental das afirmações behavioristas substantivas de Quine, e é fácil de ver como ela dá origem ao aspecto heurístico do seu behaviorismo: Do fato (ou pressuposição) de que a linguagem é uma arte social quase naturalmente se segue que a linguagem é acessível às técnicas intersubjetivas de investigação da ciência natural em geral² (Gibson, 1982, p.204-205).

Gibson apresenta o behaviorismo de Quine como origem da sua posição naturalista em relação à filosofia da linguagem. Todavia, pode-se, em vez disso, observar o behaviorismo de Quine na sua interpretação da linguagem como uma alternativa de análise que permite a ele manter sua posição naturalista em filosofia.

A precaução de Quine em não elaborar uma semântica sem sustentação empírica não se deve exclusivamente a suas preocupações empiristas, porém também à sua forma-

² São nossas as traduções para o português de algumas citações dos originais em inglês de Quine e algumas citações de alguns de seus comentadores, dos quais ainda não há tradução publicada em língua portuguesa.

ção logicista. Assim como os empiristas buscaram critérios últimos de avaliação da verdade de suas afirmações e de afirmações da ciência em geral na observação do mundo empírico (deixando aqui de lado o fato dos empiristas clássicos admitirem o método introspectivo), o lógico procura por critérios rigorosos para a manipulação das estruturas e das referências a objetos na linguagem. Dessa forma, Quine estipula como 'limite lógico' da descrição do funcionamento lingüístico a existência de 'critérios de identificação' dos objetos (extensões, intensões, intenções etc.) utilizados pelo filósofo para explicar a linguagem significativa, que possibilitem ao filósofo ou lingüista saberem 'do que estão falando'. Esses critérios são sempre internos ao uso que se faz de uma linguagem, e permitem, segundo Quine, 'saber do que se está falando', apesar da referência a objetos ser inescrutável de um ponto de vista 'exterior' ao uso lingüístico.³

Esses limites, empíricos e lógicos, aos quais se confina Quine, permitem a ele dar uma explicação interessante da linguagem e de seu poder expressivo, porém limitam em muito o uso filosófico de vocabulários, tal como o vocabulário sobre crenças e intenções, que Quine considera não conter critérios satisfatórios de identificação de seus objetos.

As sentenças observacionais

Para caracterizar as sentenças observacionais de uma linguagem —primordiais em termos de aprendizado e constituição do significado lingüístico, além de essenciais em testes de avaliação de teorias científicas, Quine se utiliza de uma definição behaviorista de significado. Em *Word and object* (1960), Quine define as sentenças observacionais a partir das noções de sentenças de ocasião e de significado por estímulos (*stimulus meaning*), isto é, afirma que são observacionais aquelas sentenças de ocasião cujos significados por estímulos não variam com a influência de informações colaterais. Quine, portanto, considera como o mais relevante na caracterização de uma sentença observacional o fato de seu significado ser de um tipo determinado. Ser uma sentença observacional é, pois, o mesmo que ter um significado definível em termos comportamentais, e vice-versa. Diz Quine:

Sentenças de ocasião cujos significados por estímulos não variam com a influência de informação colateral podem ser naturalmente chamadas de *sentenças observacionais*, e seus significados por estímulos podem, sem medo de contradição, serem ditos fazer justiça à seus significados. Essas são as sentenças de ocasião cujos significados estão sempre à mão (Quine, 1960, p. 42).

Quine define *significado por estímulos* de uma sentença para um sujeito como "a soma das disposições de assentir ou dissentir à sentença em resposta a estimulações presentes", e uma sentença de ocasião como aquela à qual somente se assentiria ou dissentiria se interrogados após uma estimulação apropriada que induzisse o veredito (1960, p. 31-35). As sentenças observacionais são aquelas sentenças de ocasião cujos significados por estímulos não variam com informações colaterais que possam vir a participar do conjunto de informações estocadas pelo falante. O que são informações colaterais fica mais claro com a descrição que Quine faz do aprendizado de sentenças observacionais:

³ Ou seja, assim como, segundo Quine, a referência de objetos referidos por falantes em geral é inescrutável desde um ponto de vista exterior ao próprio uso da linguagem, também o é a referência dos objetos do discurso do filósofo, em sua análise semântica, se observados desde um ponto de vista metalingüístico. Veremos que, mesmo interiormente ao discurso, a referência não é propriamente 'escrutável'.

Se uma sentença é uma que (como 'Vermelho' e 'Coelho') é inculcada principalmente por algo como ostensão direta, a uniformidade será aparente e haverá pouca variação em significado por estímulo; a sentença será altamente observacional. Se é uma que (como 'Solteiro') é inculcada por meio de conexões com outras sentenças, ligando-se só indiretamente com estimulações passadas de outros tipos daqueles que servem diretamente a suscitar o assentimento presente a uma sentença, então seu significado por estímulos variará com o passado dos falantes, e a sentença contará como muito não-observacional (Quine, 1960, p. 45).

Dizer que o significado por estímulos de uma sentença observacional *não varia* com informações colaterais corresponde a dizer que a sentença tem um *alto grau de observacionalidade*? Os graus de observacionalidade das sentenças observacionais podem variar, ou, pelo contrário, se uma sentença for uma sentença observacional, ela *não pode sofrer variação do grau de observacionalidade*? Quine confessa que o que de fato existe entre sentenças é uma diferença de *grau de observacionalidade*, pois mesmo as sentenças observacionais podem ter o significado por estímulos para um falante alterado, de uma maneira muito suave, em virtude de informações colaterais, ou seja, apesar delas terem um alto grau de observacionalidade, elas não estão isentas de uma certa variação em seus significados por estímulos. Diz ele:

Vendo a noção gradual de observacionalidade como a primária, nós podemos ainda falar em sentenças simplesmente como sentenças observacionais quando elas têm um alto grau de observacionalidade (Quine, 1960, p. 44).

As sentenças observacionais são, por seu alto grau de observacionalidade, aquelas sentenças que podem tornar possível a resolução de disputas entre cientistas, pois permitem a estes falar, sem mediação de informações suplementares, de experiências. Segundo Quine:

...há espaço para erro e disputa somente quando as conexões com a experiência, pela qual as sentenças são avaliadas, são multifacetadas e indiretas, mediadas através do tempo pela teoria de maneiras conflitantes; não há espaço para erro e disputa à medida que os veredictos a sentenças são diretamente ligados à estimulação presente (Quine, 1960, p. 44).

A primeira definição de sentença observacional, que sugere a identificação de sentenças cujos significados por estímulos não variam, ou variam pouco, com informações colaterais, passa a depender, a partir da formulação da noção de graus de observacionalidade de sentenças, da identificação de quais sentenças são aprendidas por ostensão, e quais não. Temos, de um lado, um critério de localização das sentenças observacionais a partir da não-variação dos assentimentos e dissentimentos do falante quando confrontado com certos estímulos; e, de outro lado, um critério de localização por meio da observação do aprendizado da sentença.

Apesar de Quine definir significado por estímulo para *um* sujeito, a sua definição de sentença observacional pretende definir o que seja uma sentença observacional intersubjetivamente e não apenas intrasubjetivamente. Como uma das preocupações centrais de Quine ao definir sentenças observacionais, além da preocupação de mostrar a origem e constituição do significado na linguagem, é justamente mostrar como a ciência pode alcançar um acordo intersubjetivo em suas investigações, não basta a ele definir sentenças observacionais para *um* falante. Quine sustenta que "em termos comportamentais, uma sentença de ocasião pode ser dita tanto mais observacional quanto mais os seus significados por estímulos para diferentes falantes tenderem a coincidir" (Quine, 1960, p. 43).

Já no artigo “Epistemologia naturalizada”, de 1965, Quine retoma a definição de sentença observacional e a elabora duplamente, atribuindo um sentido positivo e um sentido negativo a esta:

...uma sentença observacional é uma sentença sobre a qual todos os que falam a língua pronunciam o mesmo veredito, quando é dada a mesma estimulação concomitante. Em termos negativos, uma sentença observacional é uma sentença que não é sensível, no interior da comunidade lingüística, a diferenças de experiência passada (Quine, 1980[1965], p.166-167).

Nessa última definição, Quine retoma o primeiro critério, o comportamental, já elaborado em *Word and object*, que pode ser analisado em duas partes: 1. o critério depende da observação do assentimento ou dissentimento dos falantes frente a estímulos; 2. o critério depende da constatação da não-alteração do significado por estímulos com informações colaterais.

Em “*Grades of theoreticity*”, de 1970, Quine explicitamente separa a descrição do processo ostensivo de aprendizagem das sentenças observacionais do critério comportamental. Entretanto, não afirma ser o processo de aprendizagem por ostensão propriamente um critério para a identificação de sentenças observacionais, senão a *origem* dessas sentenças.

Nós as aprendemos por as escutarmos sendo usadas na presença de estimulações apropriadas publicamente compartilhadas, e nós somos confirmados em nosso uso delas pela aprovação pública na presença de estimulações similares. Um termo ou sentença que todos os falantes da linguagem, aproximadamente, aprenderem dessa forma, qualifica-se como uma sentença observacional. São sentenças com as quais os membros da comunidade não estão aptos a serem levados a discordar pelas diferenças em suas experiências prévias ou pelas suas especulações teóricas (Quine, 1970, p. 4).

Uma sentença cujo aprendizado se deu ostensivamente seria, portanto, uma sentença observacional. Entretanto, Quine observa que nem sempre realmente uma sentença observacional é aprendida por todos os membros da comunidade lingüística de uma maneira ostensiva. Assim, acrescenta à descrição do aprendizado a ressalva de que basta, para uma sentença ser observacional, que ela *possa* ser aprendida por ostensão.

Apesar de Quine persistir na sua definição de sentença observacional como aquela sentença que é aprendida por ostensão e que possibilita uma concordância coletiva quanto ao que se está falando, ele não mantém o seu critério comportamental intacto. Desde o artigo “*Propositional objects*”(1965), Quine afirma ser difícil falar em *uma equiparação intersubjetiva das estimulações*. Também em *The roots of reference* (1974), Quine reflete sobre a possibilidade de dizermos que duas pessoas foram afetadas pelos mesmos estímulos. E, em 1981, no seu artigo “*Empirical content*”, da coletânea de ensaios *Theories and things*, Quine refaz o critério para uma sentença observacional, elaborando não mais o critério para toda uma comunidade, mas sim para um único falante:

Se interrogar sobre a sentença provoca assentimento de um determinado falante em uma ocasião, vai provocar assentimento igualmente em qualquer outra ocasião quando o mesmo conjunto total de receptores for estimulado; e o mesmo ocorre com relação ao dissentimento (Quine, 1981a, p. 25).

Dessa maneira, utilizando esse novo critério de sentença observacional para um indivíduo, Quine alcança um critério, que considera satisfatório, de sentença

observacional para a comunidade: uma sentença é observacional para a comunidade se o for para cada membro da comunidade. Evita, com este novo critério, a impossibilidade de definir o que é uma *equivalência de estímulos* experimentados por falantes⁴.

Entretanto, este último critério criado por Quine, apesar de eliminar o problema em estabelecer uma relação entre as diferentes experiências de estímulos dos diversos falantes de uma comunidade, ignora a possibilidade de interferência de informações colaterais na aplicação que um indivíduo faz de sentenças a situações experienciadas. Isto porque, se nossa primeira avaliação de sentenças observacionais se restringir a indivíduos isolados, e não levarmos em consideração a variação de resposta *entre* os indivíduos, não saberemos se as informações estocadas no passado por cada indivíduo estão influenciando nos seus assentimentos e dissentimentos à sentença em estudo. Já a comparação das reações de vários indivíduos permite detectar 'desvios' de reação e, portanto, examinar a influência das informações colaterais (passadas ou presentes) no comportamento dos falantes frente a estímulos determinados ou situações estimulativas determinadas.

Crítica a Quine

Quine afirma que sentenças se tornam observacionais quando fica estabelecida uma relação entre elas e o que ele chama de 'estímulos', aos quais ele também denomina de 'moldes de irradiação' ou 'entradas neurais globais'; não com 'dados sensoriais', que conotariam algo já perceptivamente estruturado e classificado. Quine diz explicitamente que a sua noção de 'experiência global' se assemelha à noção de 'vivência' de Carnap.⁵ Segundo Quine, indivíduos, em seu contato com o mundo, fazem variadas 'experiências globais', e, se duas (ou mais) experiências globais são percebidas como similares, eles podem ser condicionados socialmente a usar uma mesma sentença para descrever a ambas. Com relação à proximidade conceitual entre ele e Carnap, afirma Quine:

Observe agora a impressionante analogia entre estímulo como entrada neural global e os elementos básicos de Carnap, suas experiências globais. Além do mais, a sua relação de similaridade parcial de experiências globais prossegue como nossa similaridade parcial de entradas neurais globais (Quine, 1993, p. 116).

Em relação à semântica de Quine, sustentada pela idéia de 'estímulo', Davidson afirma:

A clever compromise brilliantly advocated by Quine is to tie meaning and content to the firings of sensory nerves. (...) The dependence of meaning and belief on patterns of stimulation is one thing that makes Quine's epistemology naturalistic, and it is what places him in the empiricist tradition. It is also an idea which, for all its attraction, I think Quine should abandon (Davidson, 1990, p. 68).

Por reconhecer, como o faz o próprio Quine, a fragilidade do discurso sobre estímulos para a fundamentação da semântica naturalista (teoria do significado e da evidência chamada por Davidson de teoria 'proximal'), Davidson sugere seu aban-

⁴ Porém, permanece a questão de como identificar quando "o mesmo conjunto total de receptores" foi estimulado em um indivíduo.

⁵ Cf. nosso artigo "O papel das vivências no *Aufbau*" (2004).

dono em favor de um discurso sobre “eventos, objetos ou situações” que causam assentimentos ou dissentimentos dos falantes (teoria do significado e da evidência chamada por Davidson de ‘distal’) (1990, p. 73).

Porém, por que exatamente Davidson considera problemática a posição de Quine? Obviamente a própria dificuldade de Quine em definir as sentenças observacionais por meio da noção de ‘equivalência de estímulos’ já indica a resposta. Segundo Davidson:

The causal connections Quine’s naturalism assumes between external situations and stimulations are, if we stick to the proximal theory, no guarantee we have an even roughly correct view of public world. Although each speaker may be content that his view is the true one, since it squares with all his stimulations, once he notices how globally mistaken others are, and why, it is hard to think why he would not wonder whether *he* had it right. Then he might wonder what it could mean to get it right (Davidson, 1990, p. 74).

Ou seja, Davidson acredita que falar de estimulações das terminações nervosas de indivíduos seja recair no antigo problema do solipsismo, que desemboca no ceticismo acerca do conhecimento.

Tendo sido alertado não só por Davidson, como também por Lars Bergström, quanto à deficiência de seu novo critério para sentenças observacionais, devido justamente à dificuldade de definir satisfatoriamente a noção de estímulo, Quine o reformula no seu livro *Pursuit of truth* (1990) como a seguir:

Eu retenho a minha definição de 1981 de sentenças observacionais para um único falante, e, então, considero uma sentença observacional para um grupo se ela é observacional para cada membro e se cada um concordaria em assentir a ela, ou dissentir, ao testemunhar a ocasião da enunciação (Quine, 1990a, p. 43).

Com esta última definição, Quine unifica o critério para identificação de sentenças observacionais para um falante com um critério para a identificação dessas sentenças para todos os falantes de uma comunidade. Quine substitui, pois, a expressão “dada a mesma estimulação concomitante”, da definição de 1965, pela expressão “testemunhar a ocasião da enunciação”, o que parece ser uma forma sensata de evitar a discussão sobre o que seria uma “equivalência de estímulos” entre falantes. Mesmo assim, ao manter a definição de sentença observacional para um falante de 1981, Quine mantém o uso da expressão “quando o mesmo conjunto total de receptores for estimulado”, que não aparenta ser menos problemática que a “equivalência de estímulos” entre falantes.

Indeterminação da tradução *versus* inescrutabilidade da referência

Indeterminação da tradução: uma dupla fundamentação

Lynn e Jack Nelson fazem a distinção entre uma versão fraca e uma versão forte da indeterminação da tradução:

The inscrutability of reference, or what we will refer to as 'weak' indeterminacy of translation, would them seem to be the thesis that a stimulus-response analysis of linguistic usage is insufficient to reveal ontological commitments (2000, p. 73).

Strong indeterminacy of translation is, apparently, a separate thesis from this perspective—for we can become worried not only that our posits do not do justice to reality, but also, and separately, that radical translation, applied to our own theories, yields theories incompatible with ours but equally well supported by all available evidence. To hold on to our posits, at face value, we will have to say there is a fact of the matter in the one case, but not the other (2000, p. 82).

A tese forte estaria, pois, relacionada à subdeterminação em relação à experiência intrínseca a todo sistema lingüístico. A respeito da subdeterminação, afirma Quine:

Considere todas as sentenças observacionais das linguagens: todas as sentenças de ocasião que são adequadas para relatar eventos observáveis no mundo externo. Aplique datas e posições a elas em todas as combinações, sem considerar se observadores estavam naquele espaço e tempo. Algumas dessas sentenças espaço-temporalmente caracterizadas serão verdadeiras e outras falsas simplesmente em virtude de eventos passados e futuros no mundo, eventos observáveis, embora não observados. Agora, meu ponto sobre teoria da física é que a teoria da física é subdeterminada mesmo em relação a todas as verdades. Teorias podem ainda variar mesmo que estejam fixadas todas as possíveis observações (Quine, 1970b, p. 179)⁶.

Se pensarmos em teorias científicas, universos lingüísticos com certos limites, veremos, segundo Quine, que mesmo com um levantamento exaustivo de sentenças de observação verdadeiras sobre do mundo, não há como, segundo Quine, afirmar a verdade exclusivamente de uma teoria científica sobre das observações feitas. As observações, ou as sentenças descritivas destas, não determinam univocamente uma teoria. Assim, podemos ter mais de uma teoria explicando os mesmos fatos observados no mundo empírico. A verdade de uma teoria científica em particular não pode ser determinada mesmo que saibamos o valor de verdade de todas as possíveis sentenças observacionais que podem ser deduzidas da teoria. Podem, segundo Quine, existir e serem aceitáveis duas ou mais teorias científicas empiricamente equivalentes, mas incompatíveis entre si. Portanto, todas as possíveis observações não determinam a verdade de uma dessas teorias e a falsidade das outras. A indeterminação da tradução poderia ser observada quando se tentam traduzir teorias científicas entre si. Nesse caso, fica evidenciado, segundo Quine, que a indeterminação da tradução se deve, em parte, à subdeterminação de qualquer sistema teórico em relação à observação.

Em virtude dessa impossibilidade de determinação de qualquer sistema teórico por meio da observação, torna-se também impossível determinar a tradução de sentenças de uma língua para outra, mesmo fazendo-se um levantamento empírico das reações de assentimento e dissentimento às sentenças observacionais da língua desconhecida a ser traduzida. Porém, segundo Quine (1970b), a indeterminação da tradução também se deve a não ser possível determinar a referência exata dos termos integrantes dessas sentenças. A tradução de sentenças mais teóricas, por

⁶ Cf. outros dois artigos de Quine: "On empirically equivalent systems of the world" (1975) e "Three indeterminacies" (1990) e nosso artigo "Conteúdo Empírico de Teorias e Subdeterminação em Willard Quine. (1998).

serem constituídas a partir de termos usados nas sentenças observacionais, que não têm uma referência determinada, é indeterminada em relação à observação. É possível usar *diferentes* manuais de tradução, fazer *diferentes* correlações entre termos que aparecem nas sentenças observacionais de uma língua e outra. A indeterminação da tradução resulta, pois, da subdeterminação de sentenças teóricas em relação à sentenças observacionais e da impossibilidade de especificar a referência dos termos integrantes das sentenças observacionais.

As sentenças observacionais, entretanto, têm o privilégio de estar mais próximas da observação, isto é, de, ao serem usadas, poderem ser relacionadas àquilo que se observa. Porém, não é possível falar que elas tenham um significado ou 'intensão' no sentido tradicional. Pode-se apenas, segundo Quine (1960), observar em que situações os usuários de uma língua estão dispostos a afirmar e em quais estão dispostos a negar uma determinada sentença. Assim, mediante essa observação, é possível dizer em quais situações um usuário da língua *estaria* disposto a assentir ou a dissentir à sentença. Ao par ordenado de situações que levariam o usuário a assentir ou a dissentir a uma sentença Quine chama, como já comentado, de *stimulus meaning* da sentença.

Apesar da possibilidade de determinação do *stimulus meaning* de uma sentença observacional, não há, segundo Quine, a possibilidade de determinar a referência dos termos integrantes desta. Qualquer observação do comportamento dos falantes e das situações em que eles assentem ou dissentem a uma sentença observacional não permite concluir qual é a referência exata dos seus termos integrantes. É essa tese sustentada por Quine que é chamada de *tese da inescrutabilidade da referência*.

Segundo Quine, em função da inescrutabilidade da referência dos termos ou palavras integrantes de uma sentença observacional, não é possível, em uma situação hipotética de tradução radical, determinar univocamente a correlação entre termos de duas línguas distintas. Há, segundo ele, a possibilidade de correlacionar de mais de uma maneira os mesmos termos, utilizando, para tanto, diferentes manuais de tradução.

***Stimulus meaning* e a inescrutabilidade da referência**

Mesmo usando o behaviorismo na descrição de sentenças observacionais e de seu significado, Quine não encontra na descrição dos aspectos comportamentais dos falantes de uma linguagem um critério para a descrição de qual é o significado de qualquer sentença ou de qual é a referência exata de uma palavra qualquer. E nisto ele se diferencia dos empiristas tradicionais. Esse é um dos aspectos mais interessantes da filosofia da linguagem de Quine e que pode ser interpretado tanto como uma radicalização do empirismo, se pensarmos que ele exige critérios empíricos tão rigorosos que não podem ser cumpridos, quanto como um afastamento deste, se observarmos que ele desiste de procurar por critérios empíricos para a identificação de significados em geral e referências. O único significado com um critério de identificação é o *significado por estímulos (stimulus meaning)* das sentenças observacionais. Com relação ao significado de sentenças mais teóricas, Quine sustenta a tese da indeterminação do significado e com relação à referência de palavras ou expressões lingüísticas, Quine estabelece a tese da inescrutabilidade da referência.

Em sua análise 'genética' da linguagem, isto é, quando procura entender os mecanismos de aprendizado da linguagem, e, portanto, também, a capacidade

humana de aquisição de uma linguagem complexa, Quine enfatiza o aspecto essencial das sentenças observacionais, ou seja, a característica destas de introduzirem 'conteúdo empírico' ou 'significado' na linguagem, por meio da designação do mundo empírico, o que as determina enquanto tais.

Quine não abandona a posição empirista de que deve haver uma relação com o mundo exterior e de que é esta relação que carrega nossa linguagem de significado. Entretanto, o 'novo empirismo' que ele constrói não necessita mais supor uma correspondência determinada entre mundo e linguagem. A linguagem é uma ferramenta na constituição da intersubjetividade, e é justamente nessa intersubjetividade que se estrutura o significado por meio de *situações compartilhadas*. O aspecto relevante da linguagem é o de que *de fato* há significado, sendo este significado construído dentro de um universo intersubjetivo.

É extremamente engenhosa a maneira como Quine torna coerente a descrição behaviorista do aprendizado da linguagem com as teses da indeterminação do significado de sentenças teóricas e da inescrutabilidade da referência de palavras. Essas duas teses se sustentam sobre a mesma concepção de linguagem, na qual o significado por estímulos das sentenças observacionais, que pode ser compreendido como uma espécie de 'significado extensional', e a referência dos termos são aprendidos no uso de palavras e sentenças frente a situações estimulativas compartilhadas intersubjetivamente.

Assim, por exemplo, quando aprendo a usar o nome de uma cor, como 'vermelho', o meu aprendizado pode ser descrito hipoteticamente como uma sucessão de tentativas e erros na aplicação do termo, em sentenças de uma só palavra, a estímulos (neste caso, visuais), que vão paulatinamente delimitando como devo usar o termo nos diversos contextos da linguagem. Diz Quine:

Palavras podem ser aprendidas como partes de sentenças mais longas, e certas palavras podem ser aprendidas como sentenças de uma só palavra por meio da ostensão direta de seus objetos. Nos dois casos, palavras significam somente se seu uso em sentenças está condicionado a estímulos sensoriais, verbal ou de outro tipo. Qualquer teoria realista da evidência tem de ser inseparável da psicologia de estímulo e resposta, aplicada a sentenças (Quine, 1960, p. 17).

Porém, e nisso consiste a singularidade do pensamento de Quine, não devemos concluir dessa descrição do aprendizado do uso sentenças e termos que, ao final, teremos uma referência determinada do termo lingüístico a estímulos ou objetos. Sua referência não pode ser determinada de um ponto de vista exterior ao próprio uso que o falante faz das palavras. Nem mesmo o próprio falante, segundo Quine, se interrogado, terá condições de explicar qual é a referência exata de um termo usado por ele, mesmo sabendo usar de forma 'correta' o termo nos mais variados contextos lingüísticos ou situações estimulativas.

Tampouco podemos determinar, com base nos significados por estímulos das sentenças observacionais, qual é o significado de sentenças não-observacionais e não há, para estas últimas, um critério comportamental que permita identificar o seu significado (no caso, o significado redefinido como *stimulus meaning*). Por isso, diz Quine, só se pode falar do significado de conjuntos de sentenças, analisando as sentenças observacionais que podemos derivar desses conjuntos, porém não temos condições de determinar o significado de cada sentença não-observacional individualmente.

Segundo Quine, a tradução permanece indeterminada devido à *inescrutabilidade da referência* de termos de uma língua, ou seja, não é possível determinar, como no exemplo da tradução radical, de uma perspectiva exterior à

comunidade, como o faria um lingüista, qual é exatamente a referência de um termo, como, por exemplo 'gavagai', usado por certos nativos de uma comunidade de língua desconhecida quando esses observam um coelho, pois, apesar de, em um manual, ser possível traduzir o termo por 'coelho', seria concebível criar um manual alternativo de tradução no qual o termo 'gavagai' fosse traduzido por 'parte não destacada de um coelho' ou 'fase temporal de um coelho'. Essa constatação leva Quine a concluir duas coisas: 1. O lingüista, na situação de tradução radical, sem prévio conhecimento da língua ou da comunidade, baseia-se na observação do comportamento dos falantes nativos ao elaborar manuais de tradução (método *behaviorista*); 2. É possível determinar as situações em que os falantes assentiriam a uma sentença como 'Gavagai' e ver se seriam as mesmas situações em que os falantes da língua portuguesa assentiriam à sentença 'Coelho', porém, por ser a *referência exata* das palavras 'gavagai' ou 'coelho' inescrutável, sobretudo de um ponto de vista empirista, não é possível traduzir o termo 'gavagai' univocamente — poder-se-ia pensar em traduzi-lo por, por exemplo, 'parte não destacada de coelho', dependendo do manual de tradução, da correspondência entre vocábulos, que se decidisse usar, adaptando as traduções à estrutura global da linguagem, ou seja, às traduções de outras frases e vocábulos, ajustando de diferentes formas o conjunto do vocabulário.

Uma crítica interessante ao argumento da indeterminação da tradução que envolve a impossibilidade de determinação da referência é feita por Crispin Wright (1997). Wright objeta que os exemplos de esquemas alternativos apresentados por Quine no seu exemplo da tradução radical em *Word and object* (1960) são problemáticos porque adicionam atribuições de complexidade psicológica desnecessárias aos falantes cujas sentenças estão sendo traduzidas:

Not merely do they involve the ascription of superfluous conceptual resources to speakers —resources strictly unnecessary to explain their linguistic performance— but, worse, we have to regard the resources in question as lurking behind, but 'inexpressible' in, the actual vocabulary of the natives' language. To have the concept of an undetached rabbit part, you need a concept of the integrated individual of which such parts are parts; to have the concept of a temporal stage of a rabbit, you need to grasp the idea of the spation-temporal continuant of which such a stage is a stage (Wright, 1997, p. 412).

A linguagem significativa e a inescrutabilidade da referência

Além das possíveis críticas ao próprio exemplo apresentado por Quine, não é fácil compreender a conjugação de suas duas teses resultantes do exemplo da tradução radical. De um lado a tese de que, por ostensão, pelo condicionamento a situações compartilhadas, aprendemos a referir objetos, e, de outro lado, a tese de que essa mesma referência é inescrutável, não só no nível dos termos teóricos, bastante afastados da observação direta, como também no nível dos termos observacionais. Uma explicação possível para a defesa de Quine de ambas as teses é a de que elas não falam propriamente da mesma referência. A referência a estímulos compartilhados é *inequívoca* para aqueles que compartilham a experiência desses estímulos, apesar de cada participante poder fazer a sua própria experiência, sem ser necessário que todos que participam da comunicação sejam *tocados* da mesma maneira pelos estímulos advindos do exterior. Os falantes aprendem a usar uma palavra *inequivocamente* ao compartilharem situações estimulativas com os

seus interlocutores e a serem condicionados a usar tal palavra frente a essas situações. Esse compartilhar de situações, entretanto, não estabelece *exteriormente* à situação nenhuma referência da palavra. Ou seja, não temos acesso à referência de um ponto de vista exterior ao contexto da comunicação intersubjetiva. Assim como os significados não podem ser *crystalizados*, a referência também não o pode. Daí a referência ser inescrutável.

Certamente que, mesmo aqueles que participam desta comunicação, se interpelados sobre qual a referência de uma palavra que sabem *usar*, não saberão *dizer* qual é a referência. Podemos tentar descrever o que entendemos ser a referência de uma palavra, porém essa explicação não remete à determinação da referência, ela é apenas um *tatear*.

Em seu artigo "Arguing from inscrutability of reference to indeterminacy of meaning", Alex Orenstein procura distinguir a tese da inescrutabilidade da referência da tese da indeterminação do significado de sentenças teóricas para, num segundo momento, mostrar a plausibilidade de derivar a tese da indeterminação do significado da tese da inescrutabilidade da referência. Orenstein inicia mostrando a diferença, sempre muito enfatizada por Quine:

A tese da indeterminação da referência se aplica em primeiro lugar a termos, enquanto a indeterminação do significado se aplica em primeiro lugar a sentenças como totalidades indissolúveis, isto é, sentenças fundidas. Nós não podemos nos mover do "Gavagai" semanticamente determinado (*stimulus meaning*) para o semanticamente (referencialmente indeterminado) 'gavagai' (1997, p. 509).

Inclusive a tese da indeterminação do significado de sentenças, expressa pelo exemplo da tradução radical, segundo Orenstein, não parece necessariamente depender da inescrutabilidade da referência, já que bastaria, em princípio, simplesmente descrever os procedimentos de elaboração de hipóteses analíticas do lingüista que observa o comportamento verbal de falantes de uma língua desconhecida e que intenta a sua tradução, para compreender a indeterminação do significado de sentenças teóricas. A inescrutabilidade poderia 'aparecer', como já dissemos, durante a tentativa de tradução, porém ela é anterior. Apenas a reflexão sobre os 'motivos' para a impossibilidade de tradução determinada de sentenças pode nos levar a concluir a inescrutabilidade da referência. Ou seja, a inescrutabilidade da referência é uma tese sobre as razões para que haja factualmente a indeterminação da tradução.

O que a tentativa de tradução radical mostra é, como diz Orenstein, que

...[e]nquanto as sentenças de observação (no sentido de Quine) são determinadas em seu significado (interpretadas holofrasticamente sem qualquer estrutura interna distinguível), as outras sentenças não-observacionais da linguagem, sem considerar suas partes e o seu caráter referencial, não têm significados que possam ser identificados determinadamente. 'Gavagai' e 'Aqui-um-coelho', tomadas como sentenças de uma palavra e não como termos, têm significado determinado no sentido quiniiano de *stimulus meaning* (1997, p. 514).

Orenstein propõe um argumento para deduzir a indeterminação do significado da inescrutabilidade da referência, qual seja: Se a referência é inescrutável e se expressões com significado determinado têm referência determinada, então expressões não têm significado determinado. Quine, em resposta a Orenstein, objeta que o argumento de Orenstein no máximo mostra que os significados de palavras são indeterminados, não os significados das sentenças como totalidades. Porém, parece

que Quine está desconsiderando que com relação à sentenças observacionais podemos, sim, estabelecer condições para sua tradução, por meio da igualdade de *stimulus meaning*, porém não para sentenças teóricas. E isso se deve justamente à impossibilidade de estabelecer exatamente se dois termos de línguas distintas referem o mesmo objeto. Logo, pode ser que o argumento de Orenstein seja um tanto simples demais, entretanto se acrescentássemos a ponderação de que o significado de sentenças teóricas depende, para sua determinação, da determinação da referência de termos, o argumento poderia ser enriquecido e contribuir para o estabelecimento da relação entre inescrutabilidade da referência e indeterminação da tradução.

Holismo *versus* inescrutabilidade da referência

Apesar de Quine concordar com as duas teses básicas do empirismo, quais sejam: (a) de que toda a evidência de que a ciência dispõe é evidência sensorial e (b) de que qualquer processo de inculcar significados a palavras terá de repousar numa evidência sensorial, ele critica o empirismo clássico por sustentar o mito de que para todo enunciado sintético “existe um domínio único de eventos sensoriais possíveis, tais que a ocorrência de qualquer um deles contribuiria para a probabilidade da verdade do enunciado” (1980[1951], p. 245). Em termos gerais, sua posição é de que eventos empíricos podem confirmar uma teoria, ou as previsões de uma teoria, porém não confirmam uma *única* sentença desta teoria, a não ser no caso de sentenças observacionais.

A simultânea defesa e crítica ao empirismo feita por Quine desemboca na posição filosófica holista. Esta posição é basicamente a de que os enunciados da ciência não podem ser submetidos à avaliação empírica isoladamente, mas apenas em conjuntos mais ou menos amplos.

Temos, portanto, segundo Quine, vários tipos de sentenças em um universo lingüístico, desde as sentenças observacionais, que localizam-se na periferia deste, até as leis mais gerais das ciências. Entre umas e outras encontramos sentenças com graus variados de conteúdo empírico ou observacional. Como nos diz Quine: “a sentença observacional é a pedra angular da semântica” (1980[1969a], p. 168).

A busca pelas condições básicas de aprendizado da linguagem, com uma primeira análise do aprendizado de sentenças observacionais, uma posterior análise da composição geral da linguagem a partir dessas e de outros componentes lingüísticos sintáticos, visa mostrar de que maneira emerge o significado na linguagem e qual a relação entre uma aprendizagem ostensiva de palavras e a construção de sentenças mais elaboradas e complexas, incluindo as sentenças das teorias científicas. Porém, é o que nos diz Quine, não há propriamente um caminho específico a ser trilhado entre certas sentenças observacionais e determinadas sentenças teóricas. A complexa elaboração lingüística, tanto semântica quanto sintática, das linguagens e os prováveis vazios entre sentenças, isto é, os prováveis abismos lógicos entre sentenças usadas teoricamente, faz com que se torne inviável uma completa construção ou exposição das relações semânticas e sintáticas entre as sentenças de um corpo teórico, impossibilitando uma verificação de sentenças teóricas isoladas, entretanto preservando a possibilidade teórica de se falar em evidências factuais de um corpo teórico ou refutação parcial de um corpo teórico.

Paul Roth, em seu artigo “Semantics without foundations” (1982), argumenta que a tese da inescrutabilidade da referência seria consequência da tese holista que afirma que sentenças só têm evidência em conjunto e alguns conceitos quonianos

sobre o que é uma teoria da ciência natural. As premissas, apresentadas por Roth, que devem levar à conclusão da inescrutabilidade da referência, entre as quais temos a tese holista, afirmam que, devido ao holismo, é impossível especificar a denotação de termos de uma linguagem, seja de um ponto de vista exterior à teoria, seja de um ponto de vista interior. Segundo Roth,

...a inescrutabilidade da referência (...) surge quando nós olhamos para *dentro* da teoria para achar a base —a fundação— para a determinação semântica. A tese de Duhem funciona para excluir nosso estabelecimento de alguma relação determinada entre a maneira nós naturalmente falamos sobre o mundo e o modo como o mundo é. A ciência, construída canonicamente, falha em sustentar a suposição de que a referência pode ser entendida com o apelo a “objetos concretos denotados”, porque não há permissão para crenças em tais objetos únicos (1982, p. 451).

Será que o holismo e algumas considerações acerca de teorias bastam para concluir a inescrutabilidade da referência como afirma Roth? A análise que Quine faz da impossibilidade de determinar a partir da observação do comportamento verbal de falantes exatamente o que os termos integrantes de sentenças referem, parece-nos, ao contrário do argumentado por Roth, fundamentar a idéia de que sentenças teóricas não têm um significado determinável de forma independente do conjunto de sentenças ao qual pertencem. É claro que a idéia do holismo foi defendida temporalmente antes da tese da inescrutabilidade por Quine, porém, na ordem das razões, a tese da inescrutabilidade deve, segundo vejo, fundamentar, justificar, o próprio holismo. A mera afirmação de que só se pode falar no significado de sentenças enquanto em conjuntos mais ou menos amplos não me parece ser uma verdade incontestável a ponto de poder ser pressuposta em argumentos a favor, por exemplo, da inescrutabilidade da referência. Pelo contrário, a maneira como se dá a relação palavra-objeto desde sempre foi usada para fundamentar afirmações sobre a maneira como nosso conhecimento se estrutura. Em Wittgenstein, por exemplo, no *Tractatus* (1921), o atomismo e a teoria pictórica, que pressupõe a possível referência de nomes simples a objetos simples é a justificação para a significatividade das sentenças, da linguagem.

A mera descrição unilateral, de um ponto de vista holista, da linguagem já construída parece não ser, portanto, suficiente para fazer-nos crer na inescrutabilidade da referência de palavras a objetos ou na relatividade ontológica. A própria tese holista necessita de justificação. A afirmação da interdependência dos significados de sentenças em uma teoria ou sistema lingüístico não pode ser simplesmente ‘observada’, ela deve ser de alguma forma ‘provada’ por meio de uma descrição dos mecanismos da linguagem. Em Quine, essa descrição corresponde à descrição do aprendizado de frases.

Quine, em seu comentário a Roth, concorda com que o holismo somado ao verificacionismo implica a indeterminação da tradução, porém, simultaneamente também concorda com que a subdeterminação da ciência e a inescrutabilidade da referência implicam a indeterminação da tradução e que, por fim, a subdeterminação da ciência é conseqüência do holismo. Examinando as relações de inferência podemos chegar à conclusão de que tanto a subdeterminação da ciência quanto a indeterminação da tradução são conseqüência do holismo, porém não necessariamente a inescrutabilidade da referência. Pelo contrário, Quine insiste na independência entre a tese da indeterminação da tradução e a tese da inescrutabilidade da referência (apesar da inescrutabilidade da referência ‘aparecer’ no momento da tradução

radical). Diz ele:

Naquele ensaio [Relatividade Ontológica] eu de fato dediquei três páginas às funções de substituição [*proxy functions*], porém foi somente mais tarde que eu considerei o tanto que elas suportam a tese da inescrutabilidade da referência e o quanto esta tese fica mais clara quando proposta de forma independente da indeterminação da tradução (Quine, 1986, p. 460)⁷.

Observando a argumentação de Quine a favor da inescrutabilidade da referência não é possível constatar a presença de premissa afirmando o holismo. Porém, ao contrário, a verdade do holismo é reforçada com a argumentação que nos faz ver a existência da inescrutabilidade da referência.

Ontologia e referência

No final de “Relatividade Ontológica”, Quine afirma que:

Em seu caráter ilusório, de qualquer modo —em seu caráter de quando em vez vazio exceto em relação a um pano de fundo mais amplo— tanto a verdade como a ontologia se podem dizer, num sentido subitamente claro e mesmo tolerante, pertencentes à metafísica transcendental (1980 [1969b], p. 155).

Segundo Quine, a tese da relatividade ontológica corresponde à tese da inescrutabilidade da referência. A referência é inescrutável porque não é possível determinar a quais objetos uma palavra refere e isso é o mesmo que dizer que a ontologia pode ser relativizada, que a verdade do que é dito não depende dos tipos de objetos que uma linguagem refere. Pois, como diz Quine “não há nenhum sentido absoluto em dizer que todos os objetos de uma teoria são números ou que eles são conjuntos ou corpos ou alguma outra coisa; isso não faz nenhum sentido exceto com relação a alguma teoria de fundo” (p.151 da tradução). Gochet explica o ponto de vista de Quine da seguinte forma:

Evidentemente a tese da relatividade ontológica *trivializa* a diferença entre ontologias alternativas que podem ser traçadas uma em relação à outra pela aplicação da transformação *um-a-um* dos valores de suas variáveis e por meio da reinterpretação dos termos de uma teoria como denotando os objetos da outra (1986, p. 98).

Em algum sentido, portanto, não faz sentido perguntar sobre os objetos de uma teoria, sobre o que exatamente eles são, pelo menos não de um ponto de vista exterior ao sistema lingüístico que estamos usando. Segundo Gochet:

O hiperpitagorianismo de Quine [que afirma a possibilidade de redução da ontologia

⁷ A inescrutabilidade da referência, em escritos mais recentes de Quine, posteriores *Word and object*, é estabelecida com o auxílio de exemplos de reinterpretação de predicados, por meio das funções de substituição (*proxy functions*) —ex: ‘cão’ [‘P’] poderia ser reinterpretado por ‘lugar-tempo de um cão’ [‘f’ de um ‘P’]. Quine inclusive chega a afirmar que esses exemplos ajudam a ‘provar’ (de forma trivial) a tese da inescrutabilidade da referência (cf. Quine citado por Orenstein, 2002, p.143). Porém, neste artigo, seguimos uma trilha diversa de raciocínio, que também é compartilhada por Bittner (1975), que sustenta que as funções de substituição, por serem exemplos triviais da inescrutabilidade da referência (da possibilidade de interpretar uma ontologia por meio de outra), não tem força esclarecedora da semântica quiniiana. Segundo Bittner, é a inescrutabilidade da referência, suposta como momento da tradução radical, que, apesar de conjectural, estabelece os fundamentos dessa semântica.

fiscalista a uma ontologia de números] (...) não é uma *alternativa* ao seu realismo fiscalista. Essas duas ontologias pertencem a diferentes níveis do discurso. O realismo fiscalista é a ontologia à qual Quine alcança *do interior* do sistema científico do mundo. Hiperpitagorianismo é a ontologia que ele alcança ao olhar a ontologia *de um ponto de vista epistemológico*, isto é, levando em consideração a teoria da evidência e a teoria da referência. O contraste se sustenta entre dois enfoques de ontologia, não entre duas ontologias (1986, p. 89-90).

Assim, assumimos compromissos ontológicos no interior de nosso universo lingüístico, porém podemos reduzir ontologias entre si de um ponto de vista exterior a ele, sem com isso determinar exatamente os objetos (a referência) de uma ou outra ontologia.

Em seu artigo de 1987, "Indeterminacy of translation again", Quine esclarece a seus críticos que nem afirma a impossibilidade da tradução, apenas sua indeterminação, e "nem, em ao explorar a antiga noção de significado de palavras e sentenças" repudia a semântica (p.9). Insiste que a semântica continua sendo "um domínio vital de investigação" (p.10). Sua insistência pode ser vista como uma reação aos críticos, àqueles que vêem nas teses de indeterminação da tradução e da inescrutabilidade da referência de Quine motivos para sustentar seu niilismo em relação a análises semânticas.

Negar a determinação da referência não é negar a própria referência a objetos de expressões lingüísticas. Quine, enquanto empirista, acredita e sustenta a necessidade e o fato da linguagem referir objetos objetivamente. Strawson (1975) descreve a posição de Quine da seguinte maneira:

Impingements on the human exterior progressively modify the inner constitution in such a way that yet further impingements produce a behavioral output which counts as manifesting command of scientific theory, including, crucially, the apparatus of objective reference (Strawson, 1975, p. 519).

A ênfase de Quine às estimulações do aparato sensorial humano para pensar a questão da referência levanta objeções como as de Davidson⁸, já que, com isso, Quine parece voltar, como afirma Davidson, a posições filosóficas, que levam ao ceticismo. Uma via possível de fuga do problema de como vencer o solipsismo, ou seja, de como evitar pensar na possibilidade ou não de 'igualdade de estimulações', seria justamente abandonar a ênfase dada às estimulações e pensar, como sugere Strawson (1975, p. 520), na 'melodia', no resultado, na própria linguagem em primeiro lugar.

Porém, seria, mesmo assim, necessário, segundo Strawson, para teorizar acerca da referência de termos, utilizar um vocabulário 'mentalista' acerca das experiências daquilo que falantes percebem e sobre conceitos que podem ser aplicados a essas percepções, sem com isso descrever propriamente as sensações. Devemos, segundo ele, supor experiências internas dos falantes para descrever acerca do que estão falando (ex: "Ele está percebendo vermelho tal como eu") e poder interpretar o seu discurso.

Interessante é que, ao exigir da semântica sua naturalização, Quine nos remete ao ceticismo acerca do significado, de sua determinação. Só no nível das

⁸ Davidson afirma que: "If the difficulty I find in the proximal theory sounds much like old-fashioned skepticism of the senses, this should occasion no surprise. In spite of abjuring sense data and the reduction of theoretical terms to observational, Quine's proximal account of meaning and evidence leads to skepticism in much the same way as older theories did" (1990, p. 74).

sentenças observacionais é possível encontrar, segundo Quine, critérios de determinação de significações em um sentido quase figurado, de determinações de comportamentos lingüísticos, de uso de certas frases em certas situações específicas.

Porém, apesar de podermos ver o projeto de Quine como naturalista, tal como o vê Dennett, por exemplo, em relação à semântica, em relação à questões acerca da referência, apesar dele sustentar em alguns escritos que sua inescrutabilidade pode ser provada, ele tem de ir além do método behaviorista para poder falar da referência. Orenstein afirma que “[w]hile Quine insists on behaviourism as the method for studying and acquiring languages, he is not a logical or ontological behaviorist; he is an evidential or methodological behaviourist” (2002, p. 139).

Em Quine, a nosso ver, portanto, a tese da inescrutabilidade da referência é uma tese filosófica que não pode ser confirmada empiricamente. Nossa posição ganha sustentação no texto de Rüdiger Bittner (1975), no qual este afirma a impossibilidade de tratar da referência desde um ponto de vista naturalista.

Para Bittner seria trivial afirmar que a relatividade ontológica é a tese de que se pode interpretar a ontologia de uma linguagem em outra linguagem com outra ontologia. Tem de haver algo mais na tese que mostre sua relevância e não-trivialidade. Como diz Bittner:

Eu suponho que a afirmação de uma relatividade ontológica não deve ela própria ser compreendida como uma tese ontológica, no sentido de que por meio dela seja determinado o significado do predicado ‘existe’ ou dada a extensão do ‘realmente existente’. A afirmada relatividade é acima de tudo uma relatividade da referência: ela apresenta uma condição para possíveis respostas a perguntas sobre quais são os objetos aos quais frases de uma teoria designam (Bittner, 1975, p. 51).

Podemos perguntar, assim como o faz Bittner (1975, p. 55), se é contraditório afirmar ao mesmo tempo que nenhuma resposta a perguntas sobre a quais objetos certas expressões designam seja significativa e que, mesmo assim, nós possamos designar com sentido e de forma determinada certos objetos. Segundo Bittner, é nesta aparente contradição que se encontra o cerne da tese da relatividade da referência. Segundo ele, Quine, por um lado, afirma que:

(...) esta tarefa, a saber, estabelecer a coordenação mútua entre elementos da linguagem e coisas no mundo por meio de comportamento lingüístico, de modo a que os primeiros sejam expressões referenciais e as segundas referentes, não pode ser estabelecida nem no caso de enunciações desconhecidas na própria linguagem nem no caso de minhas próprias enunciações (Bittner, 1975, p. 58).

E, por outro lado, segundo Quine, seria possível determinar em uma linguagem que se usa os referentes de suas expressões.

A solução dada por Bittner à aparente contradição da tese quiniense é a seguinte: a referência “não é uma relação verificável entre símbolo e coisa, mas um resultado de uma atividade de nossa linguagem” (1975, p. 61). A designação que fazemos de objetos “só se deixa compreender a partir de nossa atividade de designação de objetos” (1975, p. 63).

Em acréscimo ao que afirma Bittner, e em dissonância com sua posição, nós diríamos que Quine não precisa pensar a referência como determinável em um sentido absoluto nem quando pensa nosso uso dela. Poderíamos pensar que usamos palavras para referir sem ‘sabermos’ propriamente a referência, não só sem sabermos explicitá-la, mas também sem a necessidade de que ela esteja propriamente determinada. A referência determinada não seria, a partir desse ponto de vista,

condição da atividade de referir.

Conclusão

Acompanhamos, neste artigo, como Quine, a partir de uma proposta empirista e behaviorista, elabora uma noção alternativa de significado lingüístico, que, além de problemática, por ainda pressupor o discurso sobre ‘estimulações das terminações nervosas’, não permite construir propriamente uma semântica positiva. Sua visão do aprendizado lingüístico e dos sistemas lingüísticos significativos, pelo contrário, estabelece o ceticismo em relação à possibilidade de um discurso sobre ‘intensões’, assim como, e isto é o mais enigmático na epistemologia quiniiana, a impossibilidade de falarmos sobre a relação entre palavras e objetos, pelo menos em um sentido positivo, que procurasse estabelecer essa relação.

Quine afirma no final de seu artigo “As coisas e seu lugar nas teorias”, após comentar que não há matéria de fato (*facts of the matter*) com respeito à escolha de dois manuais de tradução compatíveis ambos com o comportamento verbal dos falantes observados, que:

É no mesmo sentido que digo não haver nenhuma matéria de fato (*facts of the matter*) acerca da nossa interpretação da ontologia de qualquer homem de modo ou, via funções de substituição, de outro. Qualquer homem, quer isto dizer, exceto nós próprios. Nós podemos mudar também a nossa própria ontologia sem fazer violência a qualquer evidência, mas ao assim procedermos, mudamos as nossas partículas elementares por alguns substitutos (*proxies*) e assim reinterpretemos o nosso modelo do que conta como matéria de fato (*fact of the matter*) (1995 [1981b], p. 167).

Ou seja, Quine não faz propriamente afirmações sobre o que são em essência os objetos de teorias, apesar de distinguir tipos de objetos em geral referidos por teorias, como objetos físicos, números, etc. Tampouco faz afirmações sobre a relação que possivelmente façamos mentalmente entre palavras e objetos, pois isso seria falar de eventos subjetivos inescrutáveis. Um dos mitos que Quine visa destruir é justamente o mito de que podemos fazer uma ‘semântica introspectiva’ (Quine, 1987, p.9) (estou aqui usando um termo usado por Quine para denominar a semântica intensionalista de forma mais abrangente). O que Quine faz propriamente é mostrar, assim como o faz o segundo Wittgenstein, que não é necessário determinar a referência de um ponto de vista exterior ao uso lingüístico das palavras para poder haver comunicação, e isso é o mesmo que dizer que, mesmo durante o uso, não precisamos saber (ter consciência) exatamente a referência dos termos de nossa linguagem, pois aprendemos a usá-los adequadamente em determinadas situações e é isso que importa. Essa tese não pode ser vista como uma constatação sobre um fato lingüístico. Nós não observamos a inescrutabilidade da referência. Nós a deduzimos, como uma pressuposição, como uma “condição de possibilidade” de explicação da linguagem significativa.

Referências

- BITTNER, B. 1975. Zu Quines These der Ontologischen Relativität. *Neue Hefte zur Philosophie*, 8:51-64.
CARNAP, R. 1966[1928]. *Der logische Aufbau der Welt*. Hamburg, Felix Meiner Verlag, **número total de páginas.**

- DAVIDSON, D. 1990. Meaning, Truth and Evidence. In: R. BARRETT e R. GIBSON, *Perspectives on Quine*. Cambridge, Basil Blackwell, p. 68-79.
- GIBSON Jr., R.F. 1982. *The Philosophy of W.V.Quine*. Tampa/St.Peterburg/Sarasota, University Presses of Florida, **número total de páginas.**
- GOCHET, P. 1986. *Ascent to truth a critical examination of Quine's philosophy*. München, Philosophia Verlag, **número total de páginas.**
- NELSON, L.H. e NELSON, J. 2000. *On Quine*. Belmont, Wadworth, **número total de páginas.**
- ORENSTEIN, A. 1997. Arguing from inscrutability of reference to indeterminacy of meaning. *Revue Internationale de Philosophie*, 51(202):507-20.
- ORENSTEIN, A. 2002. *W.V.Quine*. Princeton, Princeton University Press, **número total de páginas.**
- QUINE, W.V.O. 1951. Two dogmas of empiricism. In: W.V.O. QUINE, *From a logical point of view: nine logico-philosophical essays*. 2ª ed., Cambridge, Harvard University Press, p. 20-46.
- QUINE, W.V.O. 1980[1951]. Dois dogmas do empirismo. In: RYLE; STRAWSON, AUSTIN e QUINE, *Ensaíos*. São Paulo, Abril Cultural, p. 231-48. (Os Pensadores).
- QUINE, W.V.O. 1960. *Word and object*. Cambridge, The MIT Press, **número total de páginas.**
- QUINE, W.V.O. 1969a. Epistemology naturalized. In: W.V.O. QUINE, *Ontological Relativity & other essays*. New York, Columbia University Press, **p. ??-??**.
- QUINE, W.V.O. 1980a[1969a]. Epistemologia Naturalizada. In: RYLE; STRAWSON; AUSTIN e QUINE, *Ensaíos*. São Paulo, Abril Cultural, p. 157-169. (Os Pensadores).
- QUINE, W.V.O. 1969b. Ontological relativity. In: W.V.O. QUINE, *Ontological Relativity & other essays*. New York, Columbia University Press, p. 26-68.
- QUINE, W.V.O. 1980b[1969b]. Relatividade Ontológica. In: RYLE; STRAWSON; AUSTIN e QUINE, *Ensaíos*. São Paulo, Abril Cultural, p. 133-156. (Os Pensadores).
- QUINE, W.V.O. 1969c. Propositional objects. In: W.V.O. QUINE, *Ontological Relativity & other essays*. New York, Columbia University Press, p. 139-160.
- QUINE, W.V.O. 1970a. Grades of theoreticity. In: L. FOSTER e J.W. SWANSON, *Experience and theory*. Massachusetts, University of Massachusetts Press, p. 1-16.
- QUINE, W.V.O. 1970b. On the reasons for indeterminacy of translation. *The Journal of Philosophy*, 67(6):178-83.
- QUINE, W.V.O. 1974. *The Roots of Reference*. La Salle, Open Court, **número total de páginas.**
- QUINE, W.V.O. 1975. On empirically equivalent systems of the world. *Erkenntnis*, 9:313-328.
- QUINE, W.V.O. 1981a. Empirical content. In: W.V.O. QUINE, *Theories and things*. Cambridge/London, Harvard University Press, p. 24-31.
- QUINE, W.V.O. 1981 b. Things and their place in theories. In: W.V.O. QUINE, *Theories and things*. Cambridge/London, Harvard University Press, p. 1-23.
- QUINE, W.V.O. 1995[1981b]. As coisas e o seu lugar no sentido (1981). In: W.V.O. QUINE, *Filosofia e Linguagem*. Porto, Edições Asa, p. 139-68.
- QUINE, W.V.O. 1986. Reply to Paul A. Roth. In: HAHN e SCHILPP (eds.), *The Philosophy of W. V. Quine*. La Salle, Open Court, p. 433-458.
- QUINE, W.V.O. 1987. Indeterminacy of translation again. *The Journal of Philosophy*, LXXXIV(1):5-10.
- QUINE, W.V.O. 1990a. *Pursuit of truth*. Cambridge, Harvard University Press, **número total de páginas.**
- QUINE, W.V.O. 1990b. Three indeterminacies. In: R. BARRETT e R. GIBSON, *Perspectives on Quine*. Cambridge, Basil Blackwell, p. 1-16.
- QUINE, W.V.O. 1993. On praise of observation sentences. *The Journal Of Philosophy*, 90(3):107-116.
- QUINE, W.V.O. 1995. *Filosofia e Linguagem*. Porto, Edições Asa, p. 139-168 [**número total de páginas**].
- RYLE; STRAWSON; AUSTIN e QUINE. 1980. *Ensaíos*. São Paulo, Abril Cultural, **número total de páginas.** (Os Pensadores).
- ROTH, P. 1986[1982]. Semantics without foundations. In: HAHN e SCHILPP (eds.), *The Philosophy of W. V. Quine*. La Salle, Open Court, p. 433-458.
- STRAWSON, P.F. 1986[1975]. Reference and its Roots. In: HAHN e SCHILPP (eds.), *The Philosophy of W. V. Quine*. La Salle, Open Court, p. 519-532.
- STEIN, S.I.A. 1996. Objetos abstratos e objetos concretos: aspectos da ontologia de Willard Quine. In: L.A. DE BONI (org.), *Finitude e Transcendência: Festschrift em*

- Homenagem a Ernildo J. Stein*. Petrópolis, Vozes, p. 727-39.
- STEIN, S.I.A. 1998. Conteúdo Empírico de Teorias e Subdeterminação em Willard Quine. *Principia: Revista Internacional de Epistemologia*, 2(2):205-226.
- STEIN, S.I.A. 2004. O papel das vivências no *Aufbau*. *Kriterion*, XLV(110):225-237.
- WITTGENSTEIN, L. 1921. *Tractatus logico-philosophicus*. Frankfurt, Suhrkamp, **número total de páginas**.
- WRIGHT, C. 1997. The indeterminacy of translation. In: B. HALE e C. WRIGHT (eds.), *A companion to the philosophy of language*. Oxford, Blackwell Publishing, **p. ??-??**.